



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JOSILENE RODRIGUES DE MORAIS XAVIER

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CRAS CENTRAL DE SENADOR CANEDO
(GO) E O ENFRENTAMENTO DA POBREZA**

GOIÂNIA

2021

JOSILENE RODRIGUES DE MORAIS XAVIER

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CRAS CENTRAL DE SENADOR CANEDO
(GO) E O ENFRENTAMENTO DA POBREZA**

Monografia apresentada a banca de Graduação do curso de Serviço da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dr^a Maria Conceição Sarmiento Padial Machado.

GOIÂNIA
2021

JOSILENE RODRIGUE DE MORAIS XAVIER

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CRAS DE SENADOR CANEDO (GO) E O
ENFRENTAMENTO DA POBREZA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Conceição Sarmiento Padial Machado
(orientadora)

Prof. Dra. CARMEN REGINA PARO
Pontifícia Universidade Católica-PUC Goiás
BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. MARGOT RIEMANN COSTA E SILVA
Pontifícia Universidade Católica-PUC Goiás
BANCA EXAMINADORA

Goiânia, 01 de Junho de 2021.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que permitiu que coisas maravilhosas acontecessem na minha vida. Com certeza ele é meu maior mestre e louvo em seu nome todos os dias pelo amor incondicional que tem por mim.

À minha querida e amada mãe Diva Rodrigues de Moraes, por tudo o que me ensinou e por todas as instruções da vida, obrigada por suas orações. Te amo.

À toda minha família, meu pai Antônio, minhas irmãs Regilene e Rosângela com quem compartilhei minhas aflições e os momentos especiais e que com certeza contribuíram para este processo.

Ao meu esposo Denismar Lacerda Xavier, que nos momentos mais difíceis da minha vida esteve presente ao meu lado me confortando e me incentivando a continuar firme e forte.

Meu filho Matheus Moraes Xavier, que com apenas 5 anos de idade é a minha maior inspiração seguir em frente e nunca desistir.

A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro”.

(Maria Lúcia Martinelli)

RESUMO

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo território brasileiro para superar a situação de vulnerabilidade social. Esta monografia é a exposição da análise do PBF desenvolvido no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS/Central) do município de Senador Canedo, Estado de Goiás para o enfrentamento da pobreza. Para atingir o objetivo de avaliar e demonstrar as ações do PBF no enfrentamento a pobreza das famílias atendidas no CRAS Central de Senador Canedo, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise de dados para fundamentar o estudo sobre a origem dos Programas de Transferência de Renda, especificamente o Programa Bolsa Família, bem como o papel do CRAS na efetivação dos benefícios sociais. Embora o CRAS Central de Senador Canedo execute os programas destinados as famílias em vulnerabilidade social, ainda existe a necessidade de uma melhor identificação da causa dos projetos através de um plano de atuação que contemple toda a equipe que compõe a unidade. As iniciativas dos programas com as famílias também deve melhorar o planejamento e a realização de ações mais efetivas e que realmente transformam a realidade da comunidade e do grupo de pessoas.

Palavras-chave: Pobreza, Projeto Social.

ABSTRACT

The Bolsa Família Program (PBF) is a direct income transfer program aimed at families in situations of poverty and extreme poverty throughout Brazil to overcome social vulnerability. This monograph is an exposition of the analysis of the PBF developed at the Reference Center for Social Assistance (CRAS/Central) in the municipality of Senador Canedo, State of Goiás, to fight poverty. To achieve the objective of evaluating and demonstrating the actions of the PBF in combating poverty in families served at the CRAS Central in Senador Canedo, the methodology used was bibliographic research and data analysis to support the study on the origin of Cash Transfer Programs , specifically the Bolsa Família Program, as well as the role of CRAS in the realization of social benefits. Although the CRAS Central in Senador Canedo executes programs aimed at families in social vulnerability, there is still a need to better identify the causes of the projects through an action plan that includes the entire team that makes up the unit. Program initiatives with families should also improve the planning and implementation of more effective actions that really transform the reality of the community and group of people.

Keyword: Poverty, vulnerability, benefits, programs, income.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro Especializado de Referência da Assistência Social
FIC - Formação Inicial e Continuada
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
NOB - Norma Operacional Básica
NOBRH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Famílias
PBF - Programa Bolsa Família
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTRC - Programas de Transferência de Renda Condicionada
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SNAS - Sistema de Registro Mensal de Atendimentos
SEMASH - Secretaria de Assistência Social e Habitação
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
UBS - Unidades Básicas de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CAPÍTULO PRIMEIRO: POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL	15
2.1 Questão social e suas expressões	15
2.2 Concepção de pobreza	18
2.3 Família e vulnerabilidade social	20
3. CAPÍTULO SEGUNDO: ESTADO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	23
3.1 Estado	24
3.2 Características da política social no neoliberalismo	27
3.3 As políticas sociais e o padrão protetivo que emerge com a Constituição Federal de 1988	27
3.4 Família e a política pública de assistência social pós-constituição de 1988	29
3.5 A política pública de assistência social	30
3.6 O Programa Bolsa Família	32
4. CAPÍTULO TERCEIRO: OS “BENEFICIÁRIOS” DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL DE SENADOR CANEDO	36
4.1 Caracterizações do Centro de Referênciada Assistência Social - CRAS Central/Senador Canedo	36
4.1.1 O Município de Senador Canedo	36
4.1. 2O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/Central	37
4. 1. 3 Perfil dos usuários do Programa Bolsa Família do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS Central/Senador Canedo-Goiás)	41
REFERÊNCIAS	

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia é a exposição da análise do Programa Bolsa Família (PBF) desenvolvido no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) para o enfrentamento da pobreza no município de Senador Canedo, Estado de Goiás com o viés de promover a proteção social às famílias que se encontram em situação de pobreza e pobreza extrema.

O objetivo geral da pesquisa foi de avaliar e demonstrar as ações do PBF no enfrentamento a pobreza das famílias atendidas no CRAS Central do município de Senador Canedo (Goiás). E, os objetivos específicos foram: identificar o perfil sócio-demográfico destas famílias; investigar como estas famílias lidam com as condicionalidades do programa; compreender como o PBF pode contribuir para garantir as famílias condições mínimas de manutenção frente as necessidades básicas; e verificar as expectativas das famílias em relação à possibilidade de não mais necessitarem da renda proveniente do PBF a partir da inserção em cursos como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

O Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo território brasileiro, cujo objetivo é a superação da situação de vulnerabilidade social. Com mais de 13,9 milhões de famílias atendidas, o programa busca garantir os direitos básicos como: saúde, alimentação, educação e cultura (BRASIL, 2008). E inspirado no Programa Renda Básica de Cidadania, o PBF foi criado em 2003, com vistas ao atendimento de famílias, e gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007).

Segundo Medeiros; Britto e Soares (2007) o PBF foi criado, inicialmente, por medida provisória e posteriormente convertido em lei, o programa possui condicionalidades e contrapartidas nas áreas da educação e saúde com as seguintes exigências: frequência escolar, carteira de vacinação das crianças, acompanhamento do pré e pós-natal de gestantes e nutrizes, em acordo com a composição das famílias que recebem o benefício. Os programas de transferência de renda de acordo com Ruschel, Jurumenha e Dutra (2015) foram elaborados a partir de um momento histórico socioeconômico marcado pelo aumento do desemprego, diminuição de ofertas de trabalho e elevada taxa de pobreza e desigualdade social. Assim, o PBF foi um incentivo ao acesso as políticas nas áreas da saúde, educação e trabalho.

Uma questão a saber sobre a transformação societária é que, os denominados programas de transferência de renda, segundo Monnerat e Souza (2010) é se realmente os “benefícios” contribuem para aprofundar os direitos de cidadania, ou, ao contrário, concorrem para sua negação e regressão.

Nesta monografia, os termos “beneficiário” e “benefício” aparecem entre aspas pois, apesar de serem termos presentes na legislação, consideramos que a segurança social por meio de programas e projetos sociais é um direito social assegurado na Constituição Federal de 1988 e não mero benefício.

O Programa Bolsa Família contribui de forma paliativa para dar garantia aos direitos sociais e fundamentais como o acesso a alimentação, saúde e educação, mas não interfere na causa da pobreza enquanto manifestação da exploração da força e do trabalho.

Com o propósito de compreender o alcance do PBF na melhoria da realidade socioeconômica dos usuários atendidos pelo CRAS, unidade central de Senador Canedo – Goiás, este trabalho tem como pergunta norteadora o seguinte questionamento: de que forma o Programa Bolsa Família pode promover o progresso na qualidade de vida dos usuários e diminuir a situação da pobreza extrema?

Considerada uma unidade de oferta e referência de serviços e ações de caráter protetivo, preventivo e proativo, o CRAS possui a função exclusiva de ofertar o trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Famílias (PAIF). O público atendido pelo CRAS são famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente de pobreza (ausência de renda), privação (precário ou nulo acesso aos serviços), fragilização de vínculos relacionais ou de pertencimento (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiência etc.). Ressaltava-se que o atendimento às famílias prioriza os beneficiários do Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda (BRASIL, 2009).

Evidente que o trabalho do Serviço Social nos CRAS com as famílias beneficiárias do PBF pode contribuir com o Programa, pois fortalece as relações de vínculo entre profissional e população beneficiária. Assim, para tratar sobre o trabalho dos assistentes sociais, deve-se analisar a dimensão política e as dificuldades emergentes de sua prática. Segundo Yamamoto (1992), é considerando o movimento das classes sociais e ainda sua relação com o Estado e sociedade, seus limites e a atuação do Serviço Social vai se permeando.

Considerando a importância do trabalho do serviço social, constituem competências do Assistente Social segundo a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS):

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- V - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VI - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- VIII - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- IX - realizar estudo sócio - econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social. (BRASIL, 1993.)

Considerando o exposto, para a consecução dos objetivos deste estudo foi realizado estudo bibliográfico, dados da pesquisa acadêmica de Jesus (2014) e do trabalho de campo no CRAS Central de Senador Canedo – Goiás. A presente pesquisa está dividida em capítulos. Primeiramente, identificou-se o objeto e em seguida foi traçado um estudo teórico sobre a temática para permitir a compreensão dos conceitos de Pobreza e desigualdade social, Família e vulnerabilidade social, Transferência de Renda, Assistência Social e o Serviço Social, Benefícios, Bolsa Família, e demais termos presentes no trabalho. Em seguida, houve análise de dados, levando em consideração todo corpo teórico acumulado no decorrer do estudo.

A relevância deste estudo tanto para a população geral quanto para a de Senador Canedo, consiste na prestação de informações sobre garantias de direitos dentro da área assistencial e melhoria da realidade socioeconômica dos usuários atendidos pelo CRAS Central deste município.

Estruturalmente o trabalho está dividido em três capítulos, a saber, capítulo primeiro, segundo e terceiro. O capítulo primeiro, apresenta a contextualização da pobreza e a desigualdade social como expressão da questão social. Para facilitar a

compreensão, fez-se necessária a explanação advinda da contradição entre o capital e o trabalho, e a questão social como dimensão teórica constitutiva do trabalho da assistência social.

Já o capítulo segundo, apresenta o papel do Estado e as políticas sociais que emerge com a Constituição de 1988, demonstrando aquele como agente nos processos de desenvolvimento da questão social, e esta como a construção para uma nova concepção da Assistência Social enquanto política social pública.

No último capítulo, com base na pesquisa acadêmica de Jesus (2014) e do trabalho de campo com 25 famílias beneficiárias do PBF atendidas no CRAS Central de Senador Canedo – GO, serão apresentados o perfil social das famílias assistidas nesta unidade, bem como dos “beneficiários” do programa.

2. CAPÍTULO PRIMEIRO: POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.

As condições materiais e as relações sociais no desenvolvimento do capitalismo reproduzem a desigualdade entre as classes condicionadas pelo acúmulo de capital. Para Neto e Façanha (2018) a proteção social surge a partir das contradições do capitalismo, pois emerge o direito social a partir da exploração dos trabalhadores advindas do capital e do trabalho que se materializa em exploração, concentração de bens e riquezas e da desigualdade social, construída ao longo do processo da industrialização e da conseqüente acumulação capitalista. Assim, os autores concluem que é mediante esse cenário, que a proteção social constitui em medidas para atender os indivíduos diante dos problemas e riscos sociais.

2.1 Questão Social e suas expressões

Segundo Netto (2006), a pobreza é uma das expressões mais marcantes da questão social em decorrência dos impactos da primeira onda da industrialização. Na última metade do século XIX, o capitalismo passa por profundas modificações em seu ordenamento e dinâmica econômica, com ocorrência necessária da estrutura social e das instâncias políticas na sociedade.

Pela importância do assunto, Iamamoto (2001) traz a questão social enquanto dimensão teórica constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social pelo seu potencial investigativo.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...) Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Para Iamamoto (2001, p. 17) a questão social é “parte constitutiva das relações sociais capitalistas” que, condensam múltiplas desigualdades, revelando “o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”. A autora analisa a

temática a partir das desigualdades sociais decorrentes do modo de produção capitalista processadas historicamente na sociedade burguesa, e sob as mediações relacionadas à cultura, política, gênero, raça e etnia, contextos regionais, aos quais também particularizam a vivência das desigualdades no cotidiano dos sujeitos sociais.

De acordo com Yazbek (2009) o destaque para as expressões da questão social é articulado pelo tratamento do campo estatal, especialmente a o que se refere à destituição do sistema de proteção social e seus impactos na esfera dos direitos. Compreendida na sua multidimensionalidade e pela direta relação com a centralidade do trabalho, a pobreza é nas palavras de Yazbek (2009, p. 35) “uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista”.

A pertinência da caracterização histórico-crítica da pobreza e da "questão social" para Montaño (2012) pode ser descrita levando em consideração os seguintes aspectos:

- a) "questão social", como fenômeno próprio do modo de produção capitalista, constitui-se da relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classes. Expressa a relação entre as classes (e seu antagonismo de interesses) conformadas a partir do lugar que ocupam e o papel que desempenham os sujeitos no processo produtivo. [...]
- b) a pobreza no modo de produção capitalista, enquanto expressão da "questão social", é uma manifestação da relação de exploração entre capital e trabalho, tendo sua gênese nas relações de produção capitalista, onde se gestam as classes e seus interesses. Como afirmamos, se o pauperismo e a pobreza, em sociedades pré-capitalistas, é resultado da escassez de produtos, na sociedade comandada pelo capital elas são o resultado da acumulação privada de capital. No MPC, não é o precário desenvolvimento social e econômico que leva à pauperização de amplos setores sociais, mas o próprio desenvolvimento (das forças produtivas) é o responsável pelo empobrecimento (absoluto ou relativo) de segmentos da sociedade. Não é, portanto, um problema de distribuição no mercado, mas tem sua gênese na produção (no lugar que ocupam os sujeitos no processo produtivo) [...]
- c) no entanto, no contexto da ordem do capital, o fornecimento de bens e serviços constitui, em parte, o resultado de demandas e lutas de classes sociais, caracterizando-se assim um processo contraditório entre a sua funcionalidade com a hegemonia e a acumulação capitalista (produtivo-comercial), e a representação de conquistas e direitos dos trabalhadores e cidadãos [...]
- d) só as lutas de classes, e a mudança na correlação de forças sociais, poderão reverter esse processo histórico, confirmando e ampliando conquistas e direitos trabalhistas, políticos e sociais, e superando a ordem do capital (MONTAÑO, 2012, p. 82; 98; 280; 281).

Decorrentes das diferenças das relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais para Yamamoto (2001) a questão social expressa as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais. Segundo a autora

o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, exigiram a interferência do Estado para o reconhecimento e legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais extrapolando de vez a questão social para a esfera pública.

Para Yamamoto (2008), na atualidade, a raiz da “questão social” está potencializada nas políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo. A autora relata que no capitalismo os juros e os lucros são meras divisões da mais-valia. Juros é a parte da mais-valia retirada de circulação e consequência da exploração do capital sobre o trabalho ao passo que subordina a sociedade e aprofunda suas desigualdades. O capitalismo promove a banalização do humano e transforma as relações sociais em “coisas”.

Sob pressão da classe explorada, Leiva (2012) descreve que o enfrentamento das expressões das desigualdades da sociedade capitalista tem sido uma tarefa atribuída ao Estado. A questão social expressa contradições fundamentais do modo de produção capitalista que está fundada na apropriação da riqueza gerada pelos trabalhadores que produzem e os capitalistas que se apropriam dela.

A autora reconhece que não são todos os autores que analisam a contradição entre o capital e o trabalho. A categoria “questão social” também verifica a perspectiva da situação onde uma maioria da população só encontra meio para garantir sua sobrevivência através da venda da força de seu trabalho. Com base nesta análise, ressaltando a diferença entre trabalhadores e capitalistas no acesso aos direitos e nas condições de vida é através das desigualdades sociais, suas causas e produções na sociedade e na subjetividade dos homens que se consegue ter compreensão das consequências da apropriação desigual do produto social.

Bem descrito em Leiva (2012) a questão social representa as desigualdades, e também o processo de resistência e luta dos trabalhadores, sendo assim, trata-se de uma categoria que reflete a luta dos trabalhadores, dos indivíduos excluídos e subalternizados nas lutas pelos seus direitos econômicos, sociais, políticos, culturais.

2.2 Concepção de pobreza

Filosoficamente o conceito de pobreza pode ser pensado à luz da ideia da justiça, da ética e da política. Juridicamente, há uma determinada situação social

absolutamente inaceitável e injusta que pelo viés da ética e da política implica em considerações morais que é fruto do convívio social (MELLO, S/D).

Segundo Mello (S/D) a pobreza durante a Idade Média era um estado complementar ao da riqueza, definida como uma condição do nascimento, ou algo praticamente incontornável. Na Idade Moderna, o capitalismo mudou as explicações sobre a pobreza, e o indivíduo ganhou lugar no imaginário social e passou a ser responsabilizado por ser pobre, seja por incompetência ou por preguiça.

É que, diferentemente do rico, o pobre tem que 'andar na linha' e aceitar qualquer oferta de serviço e remuneração, pois a sua condição de pobreza continua sendo vista como um problema moral e individual e, conseqüentemente, como um sinal de fraqueza pessoal que deverá ser condenada. É por isso que entre os necessitados sociais há o sentimento arraigado de que para vencerem na vida têm que ser melhores do que os abonados (PEREIRA, 2011, p.34).

Colaborando do proposto pela pesquisadora Yazbek (2012), a concepção de pobreza que orienta este estudo, também aborda o assunto como uma manifestação da questão social. A pobreza é uma expressão direta dos padrões de desenvolvimento do capitalismo que gera desigualdades e miséria. De acordo com essa autora, os "pobres" são resultados de relações que produz e reproduz a desigualdade no nível social, político, econômico e cultural.

Nas palavras de Yazbek (2009, p. 73-74):

Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de "qualidades negativas" e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social. Assim sendo, a pobreza, expressão direta das relações sociais, "certamente não se reduz às privações materiais".

A pobreza é uma categoria multidimensional que não está caracterizada apenas pelo não acesso aos bens, mas pela política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (YAZBEK, 2009).

No mundo, a pobreza é uma categoria histórica e socialmente construída e que não pode ser vista e/ou entendida como fenômeno natural. Ela acontece no viés da desigualdade social, assim como outras condições como: gênero, etnia, raça, cor e outros (SILVA, 2010). No Brasil, a mesma autora coloca que a pobreza é decorrente em grande parte, da extrema desigualdade marcada pela profunda concentração de renda.

A pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim como os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento. Nessa história, não se pode esquecer o peso da "tradição oligárquica e autoritária, na qual os direitos nunca foram reconhecidos como parâmetros no ordenamento econômico e político da sociedade". Estamos nos referindo a uma sociedade desde sempre desigual e "dividida entre enclaves de 'modernidade' e uma maioria sem lugar", uma sociedade de extremas desigualdades e assimetrias. "Um país caracterizado por uma história regida por um privatismo selvagem e predatório, que faz da vontade privada e da defesa de privilégios a medida de todas as coisas, que recusa a alteridade e obstrui, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social, pela recusa dos fundamentos da responsabilidade pública e da obrigação social" (Telles apud YAZBEK, 2009 p. 294).

Medida por meio de indicadores de renda e emprego, acesso a saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros, "pobres" são aqueles que possuem zero ou escasso acesso a esses bens e recursos, e que também são excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Frequentemente eles são restritos dos meios de prover à sua própria subsistência e/ou não têm possibilidades de sobreviver sem ajuda de outros (YAZBEK, 2009).

Contudo que vimos ao longo das pesquisas bibliográficas não há como identificar um conceito que seja específico para definir a pobreza, ela está caracterizada na baixa distribuição de renda ou consumo, no subdesenvolvimento humano, na exclusão social, na vulnerabilidade, na falta de recursos e falta de necessidades básicas não atingidas, na privação do acesso ...

2.3 Família e vulnerabilidade social

Pautadas pela globalização da economia capitalista, no plano socioeconômico-culturais várias mudanças ocorreram e trouxeram reflexos significativos para a sociedade, e principalmente para as famílias.No contexto familiar, as mudanças interferiram na sua dinâmica e estrutura e favoreceram alterações em seu padrão tradicional de organização(GOMES; PEREIRA, 2005).

Nas palavras de Gomes e Pereira (2005, p. 358).

A família faz parte do universo de experiências (real e/ou simbólica) dos seres humanos no decorrer de sua história, do qual todos têm algo a dizer. Esta proximidade com a realidade defronta as pessoas com suas próprias questões familiares; toca em assuntos particularmente próximos à experiência pessoal de cada indivíduo e, por isso, são assuntos cheios de significados afetivos, além dos cognitivos. Família remete a lembranças, emoções, sentimentos, identidade, amor, ódio, enfim, um significado único para cada indivíduo, que, como ser biopsicossocial, está inserido no seu meio ambiente, integrando a cultura e o seu grupo social de pertença, o que leva a

se estudar a família de modo contextualizado, considerando a subjetividade de cada ser.

A família é variável segundo épocas, se constrói socialmente e mantém o sentimento que é construído a partir do conjunto de emoções e ações pessoais, familiares e culturais que compõem esse universo único e particular (AMARAL, 2001).

Para Petrini (2003) a família é a estrutura básica permanente da experiência humana e o fundamento da sociedade como grupo primário e concreto desta experiência. O sentir-se pertencente a um grupo familiar é o que irá possibilitar o pertencimento a outros grupos.

No caso da pobreza, as famílias são marcadas pela fome e pela miséria, o lar representa o próprio espaço de privação, instabilidade e de afastamento dos laços afetivos e de solidariedade. Quando o lar deixa de ser um espaço protetivo para ser um conflituoso, a superação desta situação acontece de forma fragmentada. A família que não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades fica isolada perante a desresponsabilização do Estado (PETRINI, 2003).

Para Gomes e Pereira (2005) a realidade das famílias pobres traz no seu núcleo um desenvolvimento fora do esperado e que, pode afetar diretamente as condições de sobrevivência. Diretamente ligada à miséria estrutural, pode-se dizer que a vulnerabilidade social da família é ainda mais agravada pela crise econômica do desemprego e/ou subemprego.

Retomando em Petrini (2003), o autor retrata que as constantes situações de vulnerabilidade encontradas nas famílias estão também representadas nas dificuldades destas de cumprirem satisfatoriamente o processo de socialização e de amparo entre seus próprios membros. Motivados pela situação socioeconômica, a desestruturação familiar, é reflexo da luta desigual e desumana pela sobrevivência.

O empobrecimento das famílias é cruel e reflete a disparidade econômica da desigualdade social, inclusive produzindo a banalizações e naturalidades sobre a fome, a falta de moradia e a violência (PETRINI, 2003).

Ao se pensar em famílias vulneráveis e nas desigualdades sociais, a questão primordial é a necessidade de promover o apoio por meio de políticas sociais bem articuladas e focalizadas. Reconhecer de fato que as famílias devem ser o alvo de políticas públicas prioritárias (GOMES; PEREIRA, 2005).

A família é uma instituição social em constante reorganização para acompanhar o contexto em que estão inseridas, o desenvolvimento de ações devem atuar

prioritariamente para ampliar a proteção social e promover a igualdade racial e de gênero, acesso ao mercado de trabalho, saúde, educação e qualificação profissional com qualidade.

3. CAPÍTULO SEGUNDO: ESTADO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) foram as configurações estruturais e conjunturais da questão social; as formas históricas de enfrentamento; ação dos trabalhadores, do capital e do Estado através das políticas sociais foram o marco teórico ao processo de trabalho do Serviço Social.

Segundo Nalesso e Rizotti (2018) o trabalho do serviço social se efetiva no enfrentamento das expressões da questão social e por meio da política social que ao longo da história da profissão foi se efetivando mediante as fundamentações teóricas que possibilitaram a construção do arcabouço teórico-metodológico para sua atuação. É nesse constructo da formação sócio-histórica das políticas sociais; das determinações econômicas, sociais e políticas e da correlação de forças próprias do modo de produção capitalista que o trabalho do serviço social foi construído.

Ao analisar a questão social em suas múltiplas expressões busca-se visualizar as manifestações singulares da dimensão coletiva e estrutural que é produzida e reproduzida historicamente. A questão social tem sua necessidade vinculada ao surgimento da classe proletária e sua participação no cenário político através das lutas e reivindicações pelo reconhecimento dos direitos à cidadania por parte do bloco dominante, principalmente pelo Estado (IAMAMOTO, 2001).

De acordo com Nogueira (2001), a interpretação marxista entende o Estado articulado aos processos sociais, políticos e econômicos, e também o compreende como uma dimensão fundamental do capitalismo que são expressados pelas relações e antagonismos de classes e interclasses. É crucial o entendimento do papel do Estado como agente nos processos de desenvolvimento da questão social, visto sua inserção nas relações entre indivíduos, grupos e classes sociais.

Neste tópico é possível compreender que é a partir do conflito de classes, da abordagem teórica acerca das relações econômicas e sociais da divisão do trabalho, que configura-se a base de atuação do Serviço Social.

3.1 Estado

Nogueira (2003) enfatiza a preocupação de Marx com as determinações e relações entre o Estado e a sociedade, e da expressão nuclear da sociedade civil

organizado com o poder organizado da classe social em suas relações com os outras. O autor ao citar Marx relata que o Estado se fundamenta na contradição entre “o público e o privado”, entre o interesse geral e o particular” e se constituiu como produto das contradições políticas dos interesses de classe.

Para Engels (1891) verifica-se uma rica filiação teórica e seu compromisso com a construção de uma rigorosa dialética da origem da família, da propriedade privada e do estado, e em suas palavras:

Pelos interesses mais baixos, a cobiça vil, a brutal avidez de lucro, a soberba, o saque egoísta da propriedade comunal; pelos recursos mais infames, o roubo, a violação pela força, a fraude, a traição, os que minaram e destruíram a sociedade gentilícia. E a nova sociedade, ao cabo de três mil anos de existência segue sendo e não tem sido mais do que a prosperidade de um punhado de homens à custa da imensa maioria de explorados e oprimidos.

De acordo com Ianni (1980, p. 32), o Estado não deixa transparecer para a sociedade seu caráter contraditório, aparecendo para as pessoas com “uma forma abstrata, como um ato de vontade coletiva ou como a forma externa da sociedade civil”. Para esta, a condição de entidade de classe não aparece com exclusividade no desenvolvimento do Estado, mas é uma determinação fundamental.

Marx identificou as lutas entre grupos e classes sociais como questões de grande relevância para a formação do Estado, e deste modo compreendeu que o âmbito estatal exprime em tempos iguais os interesses da burguesia e de outras classes sociais, variando conforme as expressões conjunturais das forças econômicas e políticas, e que em determinados momentos históricos a burguesia também faz concessões as classes dominadas. Neste movimento, vão sendo produzidas e reproduzidas as relações antagonicas e as lutas de classe, refletindo no Estado seus interesses contraditórios, produzindo e reproduzindo as formas de enfrentamento das expressões da questão social no âmbito das políticas públicas e do reconhecimento dos direitos de cidadania da população (IANNI, 1980).

O Estado capitalista modificou-se ao longo da história deste modo de produção, a qual se faz na relação entre luta de classes e requisições do processo objetivo de valorização e acumulação do capital, seguindo aqui a fecunda e clássica orientação marxiana de que os homens realizam sua história, porém, não nas condições por eles escolhidas. Nesse sentido, o Estado acompanha os períodos longos do desenvolvimento do capitalismo de expansão e estagnação e se modifica histórica e estruturalmente, cumprindo seu papel na reprodução social do trabalho e

do capital, e expressando a hegemonia do capital, nas formações sociais particulares, ainda que com traços gerais comuns (BEHRING, 2003).

O Estado, em relação à dinâmica imediata da sociedade civil, principalmente entre a década de 1945 e 1970, manteve uma direção política com consciência de classe com a hegemonia burguesa expressando a correlação de forças na sociedade civil. Uma sociedade civil como território das relações econômicas, sociais privadas, da luta de classes, da disputa de hegemonia e da contradição capital e trabalho (BEHRING, 2003).

Conforme descreve Behring (2003), o Estado e a sociedade civil compõem uma totalidade onde não se pode pensar o Estado sem a sociedade civil e vice-versa. Assim é cabido ressaltar a sensibilidade gramsciana para melhor compreender o conceito de Estado como bem-comum e árbitro de conflitos que emergem da sociedade civil, ilusão social-democrata alimentada pela experiência geopoliticamente situada do Welfare state.

Segundo Montes (1996) o neoliberalismo descobre os “perigosos efeitos” do welfarestate, a saber: desmotivação dos trabalhadores, concorrência desleal, baixa produtividade, burocratização. Ao final dos anos de 1970 quando assumem governantes claramente identificados com o conservadorismo, nota-se o Estado menos Social e o mercado mais livre.

Para Behring (2003) trata-se de uma verdadeira contrarreforma que vai adquirir maior ou menor profundidade dependendo das escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes sociais em cada espaço nacional, considerando a diretiva de classe que hegemoniza as decisões no âmbito do Estado. Trata-se de uma contrarreforma, pela forte evocação do passado no pensamento neoliberal, pelo resgate extemporâneo das ideias liberais aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário de medidas práticas, na medida que são observados seus impactos sobre a questão social, que se expressa nas condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política. As políticas neoliberais comportam algumas orientações e condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade.

3.2 As políticas sociais e o padrão protetivo que emerge com a Constituição de 1988

Sen (2001) demonstra que na década de 1980, a pobreza se torna tema central da agenda social devido ao crescente aumento em número absoluto de pobres, mas também pelas pressões da democratização. Entranhada pela estrutura econômica dramática e dominada pelo distanciamento entre as minorias abastadas e as massas miseráveis, a década de 1980 retrata as antinomias entre pobreza e cidadania (SEN, 2001).

No final da década de 1980, com a Constituição Federal de 1988, novas bases para o atual Sistema de Proteção Social brasileiro foram traçadas com a definição da Seguridade Social e o reconhecimento dos direitos sociais das classes subalternas da sociedade. Em seu artigo 194, a Constituição define a Seguridade Social como um "conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (BRASIL, 1988). No mesmo contexto constitucional, a construção de uma nova concepção para a Assistência Social brasileira também é alinhada, e no início da década de 1990, especificamente no ano de 1993 é regulamentada como política social pública. Tanto a Constituição quanto a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabeleceram uma nova nuance para a Assistência Social no país, voltado para o enfrentamento da pobreza e para a garantia de direitos e de condições dignas de vida (YAZBEK, 2012).

Para Yazbek (2012) a construção de uma nova concepção para a Assistência Social brasileira inicia seu trânsito num novo campo, a saber: dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, e que tem como perspectiva torná-la visível enquanto política pública e direito aos que dela necessitam.

Inovação é afirmar para a assistência social seu caráter de direito não contributivo, (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social. Inova também ao propor a participação da população e o exercício do controle da sociedade na gestão e execução das políticas de assistência social. Tendência ambígua, de inspiração neoliberal, mas que contraditoriamente pode direcionar-se para os interesses de seus usuários. Sem dúvida, mudanças substantivas na concepção da assistência social, um avanço que permite sua passagem do assistencialismo e de sua tradição de não política para o campo da política pública (YAZBEK, 2012, p. 304).

A assistência social conforme descreve Sposati (2005), como política de Estado, se torna espaço de defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, representando uma estratégia fundamental no combate à pobreza, discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira. Desta forma, a assistência social deve organizar ações de prevenção e promover um conjunto de garantias ou seguranças.

Ainda de acordo com Sposati (2005) a assistência social é efetivada pelo conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios voltados para a proteção social e para o atendimento de necessidades da população usuária dessa política. Em geral caracteriza-se pela heterogeneidade e criação pelos órgãos governamentais e entidades da sociedade civil com operacionalidade dos serviços voltados ao atendimento das necessidades dos segmentos mais pobres da sociedade. A assistência social é o campo de efetivação dos direitos que emerge enquanto política estratégica, não contributiva, voltada ao enfrentamento da pobreza e à construção de provimentos mínimos sociais de inclusão e universalização de direitos.

3.3 Família e a política pública de assistência social pós-constituição de 1988

De acordo com Cronemberger e Teixeira (2015), a Constituição Federal de 1988 reconhece a pluralidade das organizações familiares, contudo não rompe com o modelo de funcionalidade social e econômica esperado das famílias brasileiras, principalmente no tocante aos papéis de proteção social. Ainda que a Constituição Federal de 1988 obteve avanços na garantia dos direitos sociais, ainda foi mantido a contradição básica entre proteger a família e/ou tratá-la como fonte de proteção social natural e responsável pelos seus membros.

Para Goldani (2001), historicamente existe uma tendência da família ser “culpada” pela incapacidade de prover a segurança material dos seus membros. O autor analisa que a família é o principal fator de proteção social, mas que mediante a fragilidade das ações estatais, do impacto das políticas econômicas e da reestruturação capitalista sobre o mercado de trabalho, muitas vezes a família fica incapaz de sozinha garantir sua responsabilidade.

Conforme analisa Teixeira (2010), toda família é responsabilizada e /ou co-responsabilizada ao lado da sociedade e do Estado, pela proteção à infância e à adolescência, ao idoso e à própria família.

No Brasil contemporâneo, identifica-se a presença de diferentes tendências na inserção da família como objeto/sujeito das políticas públicas, vinculadas a projetos societários distintos.

A família é retomada, no campo das políticas públicas, como parte da garantia do direito à convivência familiar e comunitária, no enfrentamento ao trabalho infantil, na assistência social a crianças e adolescentes em geral, a pessoas com deficiência, aos idosos, na educação, na saúde. Não há, no entanto, subsídios que lhe garantam uma rede de serviços públicos integral, o que a responsabiliza pela garantia desses objetivos e a penaliza pelo seu insucesso (FONTENELE, p. 45, 2007).

A família ganha centralidade, tanto em relação às políticas sociais, quanto como provedora de proteção, logo, isso reforça as responsabilidades familiares. O Estado pede apoio à família, na medida em que a identifica como lugar privilegiado para a maximização das parcas políticas públicas oferecidas (GOLDANI, 2001).

A responsabilidade do Estado pela garantia de sobrevivência das famílias demandárias de políticas sociais tem o objetivo de torná-las aptas para que elas voltem a cumprir seu papel sem comprometer a estabilidade social, premissas presentes na Política de Assistência Social (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015).

No desenho da Política de Assistência Social (PNAS - 2004) e no Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS/2005), o paradigma da centralidade da família é reafirmado em princípios, diretrizes e objetivos onde não é mais imaginável pensar em assistência social sem fazer referência à família (SILVA, 2007).

3.4 A política pública de assistência social

Conforme Monerrat e Souza (2010), no Brasil, a democratização dos anos 1980, a Constituição de 1988 expandiu direitos e inseriu o marco abrangente da assistência social, da seguridade social para uma concepção universalista, destacando a instituição de mínimos sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a previsão da expansão dos serviços de assistência social.

A assistência social no âmbito da Constituição Federal de 1988 veio para viabilizar e garantir direitos a todos a quem dela necessita, ampliando as situações sociais e fortalecendo o reconhecimento social como direito do cidadão. De acordo com a referida constituição, em seu artigo 203:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I –a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II –o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III –a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV–a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V– a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

A partir da Constituição Federal de 1988 foi promulgada a Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que determina a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), criada para complementar e detalhar os registros sociais, fez valer e regulamentou esse aspecto da constituição, estabelecendo normas e critérios objetivos para descentralização e organização dos benefícios e serviços da assistência social, como direito. É um instrumento fundamental, que dá providências a caminho da consolidação e melhoria da Política de Assistência Social, no atendimento e na efetividade de suas ações.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

A partir de então, constituída enquanto política de Estado, a assistência social passa a ser

um espaço para defesa e atenção aos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, configurando-se também, como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira. (BRASIL, 2008).

A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a expansão dos Programas de Transferência de Renda, conforme determinações da Loas/1993 e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), revelam uma nova configuração e significado para o campo da Assistência Social no Brasil, que impõe um sistema descentralizado e participativo envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

3.5 Características da política social no neoliberalismo

Neste cenário, as políticas sociais caracterizam-se como: preferencialmente, acessadas via serviços privados (BOSCHETTI, 2003; BEHRING, BOSCHETTI, 2006). Com a política neoliberal, os benefícios, serviços e programas sociais deixam de ser direitos sociais para ser direito do consumidor, com característica de desresponsabilidade e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, no qual é criado um Estado mínimo para os trabalhadores, e máximo para o capital, no qual a degradação dos serviços públicos e o corte dos gastos sociais levam a um processo de privatização (BOSCHETTI, 2003).

Em parceria com o capital privado, a lógica do Estado neoliberal, busca o consenso na sociedade civil, com o discurso falacioso que o Estado não tem competência, nem recursos financeiros para administrar os serviços públicos que se tornam precário, e por isso é necessário privatizar para melhorar o atendimento (BEHRING, 2003).

4. CAPÍTULO TERCEIRO: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Ao final dos anos 1990, os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) ganharam destaque e no país, na esfera federal e foram lançados os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Em junho de 2003, com a mudança de governo, foi lançado o Programa Cartão Alimentação. No ano seguinte, ocorreu a unificação desses quatro programas, originando o Programa Bolsa Família (PBF) (BRASIL, 2010).

Amparado por três pilares centrais, o Programa Bolsa Família (PBF) caracteriza-se pela transferência de renda, condicionalidades e articulação com programas complementares. A transferência direta de renda tem como objetivo possibilitar alívio imediato da pobreza; as condicionalidades têm como propósito reforçar os direitos à saúde e à educação e, dessa forma, auxiliariam a quebrar o ciclo intergeracional da pobreza, já as ações e programas complementares visam criar oportunidades para que as famílias superem a situação de vulnerabilidade, proporcionando a melhoria na condição de vida (BRASIL, 2010).

Criado pela Lei nº 10.836/2004, o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda para beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o Brasil. Podem fazer parte do Programa, todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais (famílias em situação de extrema pobreza e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (famílias em situação de pobreza com crianças e adolescentes) (BRASIL, 2021).

Para que o benefício seja destinado às famílias, PBF possui mecanismos de controle que atendem aos critérios do Programa e por isso, também existe a saída de famílias, especialmente por não atualizarem o Cadastro Único ou porque melhoraram de renda, não se adequando mais ao perfil para receber o benefício. O descumprimento dos compromissos nas áreas de educação e de saúde também pode levar ao cancelamento do benefício. Mas isso é apenas em último caso, pois o objetivo das condicionalidades é reforçar o acesso das famílias mais pobres a direitos sociais (BRASIL, 2021).

Chamada Regra de Permanência, algumas famílias que tem a renda aumentada em até meio salário mínimo, existe a possibilidade de continuidade no benefício até o final de sua validade, e esta ocorre no período de dois anos, mediante

atualização das informações no Cadastro Único. A possibilidade de desligamento voluntário do programa também pode acontecer, e nesses casos, as famílias precisam ir ao CRAS e realizar seu desligamento. No caso de desligamento voluntário, a família conta com o Retorno Garantido, que permite que as famílias retornem ao programa caso voltem a atender os seus critérios no prazo de 36 meses, sem necessidade de nova concessão (BRASIL, 2021).

A LOAS designa como programas as “[...] ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.” (BRASIL, 1993, art. 24º).

Já os projetos, segundo a LOAS;

[...] compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social (BRASIL, 1993, art. 25º).

Nessa direção, Carneiro (2018) descreve que os serviços, programas e benefícios são viabilizados e ofertados em Unidades de Atendimento: CRAS, CREAS, Centro POP, Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência e suas Famílias e nas Unidades de Acolhimento: Casa Lar, Abrigo Institucional, República, Residência Inclusiva e Casa de Passagem. Neste trabalho, daremos maior ênfase aos programas e projetos dos CRAS e referência ao CREAS.

Na proteção básica, o CRAS desenvolve serviços, programas e projetos de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos de acordo com a situação de vulnerabilidade expressa pelos usuários. Do mesmo modo, os benefícios socioassistenciais (Benefício de Prestação Continuada, Benefícios Eventuais e Programa Bolsa Família) compõem essa proteção pela sua natureza. Os serviços ofertados pelo CRAS visam à convivência e fortalecimento de vínculos. O PAIF é o principal serviço ofertado, e garante o direito à convivência familiar assegurando a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial. Além do PAIF, o CRAS também possui outros serviços. São exemplos os Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Todos os serviços, benefícios, programas e ações ofertados pelo CRAS estão padronizados conforme as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013).

Na Proteção Social Especial, os serviços destinam-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, além de garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito (BRASIL, 2013).

Considerando que o CRAS é a porta de entrada para a famílias, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013) são objetivos desta unidade descentralizada: a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; promoção do acesso aos serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; promoção de aquisições sociais e materiais às famílias para potencializar o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; apoio a famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares; e a promoção de acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social.

Como o CRAS é um local físico e público, onde são oferecidos à população diversos tipos de serviços de assistência social com a finalidade de melhorar a vida da comunidade e familiares, o CRAS Central de Senador Canedo consegue entender as principais necessidades da população desta região, e oferecer uma série de serviços, benefícios e projetos socioeducativos que serão tratados no próximo capítulo.

4. CAPÍTULO QUARTO: OS “BENEFICIÁRIOS” DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SENADOR CANEDO

Este capítulo é sobre o Município de Senador Canedo, sobre o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS Central/Senador Canedo) e as famílias demandatárias do referido Programa.

4.1 O Município de Senador Canedo¹

O município de Senador Canedo tem sua origem relacionada ao município de Goiânia, com a estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal. O crescimento da cidade ocorreu na trilha aberta na construção da ferrovia, e as primeiras famílias trabalhadoras eram oriundas dos estados de Minas Gerais e da Bahia. O nome da cidade é uma homenagem ao senador Antônio Amaro da Silva Canedo, primeiro representante do estado de Goiás em cenário nacional. Em 1953, o povoado foi elevado à condição de distrito de Goiânia e, em 1988, a Assembleia Legislativa de Goiás aprovou a emancipação do município. Foi sancionada como Lei 10.435 de 09 de janeiro de 1988, pelo então governador Henrique Santillo (SENADOR CANEDO, 1990).

Senador Canedo integra hoje a Região Metropolitana de Goiânia, e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2014), possui população de cerca de 100 mil habitantes, número que vem crescendo, a taxas geométricas superiores às do estado. Entre 1996 e 2000 sua taxa de crescimento foi de 4,66%, contra os 2,60% verificados para o Estado de Goiás. O município tem 244,70 quilômetros quadrados de área, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,729, com média de renda per capita de R\$158,42 por mês (SENADOR CANEDO, 1990).

Atualmente o município possui a quantidade de 79 bairros, subdivididos em três regiões: Jardim das Oliveiras com 12 bairros; Vila Galvão com 7 bairros; Central com 60 bairros.

A Base econômica do município é a indústria, o comércio e serviços, sendo a principal atividade econômica da cidade o complexo petroquímico da Petrobrás e indústrias relacionadas. Além do polo petroquímico, destaca-se ainda o setor comercial, em ampla ascensão, bem como a expansão dos empreendimentos imobiliários. Com a chegada de novas indústrias o Produto Interno Bruto (PIB) de Senador Canedo deve pular do 6º lugar no PIB de Goiás, para o 4º lugar, ultrapassando as cidades de Rio Verde e Catalão. Destaca-se também a indústria, com empresas como a Ultragas, Jaepel, Petrobras, JBSFriboi, Petroball, Tecnomont e Cicopal (SENADOR CANEDO, 2021 s/p).

4. 20 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS/Central)²

O CRAS é uma unidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que oferece serviços socioassistenciais de caráter protetivo, preventivo e proativo a fim de fortalecer os vínculos familiares e comunitários e ampliando o acesso dos usuários aos direitos de cidadania. O CRAS é a única unidade de proteção básica que oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que tem por objetivo o fortalecimento dos vínculos, a democratização dos direitos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos usuários.

Fundado no município de Senador Canedo em 01 de novembro de 2005, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS/Central) está atualmente ligado a Secretaria de Assistência Social e Habitação (SEMASH). Localizada na Av. Dom Emanuel, quadra 12, lote 15, Jardim Todos os Santos, Senador Canedo (SENADOR CANEDO, 2021 s/p).

O CRAS é uma unidade de atendimento executora e inclusiva das políticas públicas de assistência social que tem como base a estrutura e organização estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

A unidade executa a Gestão Plena de Atenção Básica Ampliada, tendo como foco de atuação as famílias demandatárias da assistência social residentes na região

²Os dados para a descrição do CRAS foram obtidos através do trabalho de conclusão de curso de Jesus (2014).

urbana periférica da cidade, a principal fonte de recursos para execução dos serviços, benefícios e atividades são os repasses federais.

Um dos grandes desafios propostos da unidade ao longo de sua atuação, foi a interpretação e efetivação dos objetivos e atribuições organizacionais para garantia da eficiência e eficácia nos acompanhamentos e medidas de segurança sociofamiliar.

O Cras/ Central desenvolve os trabalhos de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social, fundamentando na Constituição Federal de 1988, artigo 225,

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, art. 225).

E ainda, tem como referência a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social):

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Bem como, pela Política Nacional de Assistência Social/PNAS de 2004 e pela Norma Operacional Básica 2005, a NOB/SUAS e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social 2006, NOBRH/SUAS.

Em termos de estrutura a capacidade física do o CRAS/Central contempla a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, apresentados na resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, contendo os seguintes aspectos de tamanho: uma recepção; uma sala de atendimento psicossocial; uma sala para projetos e programas; 01(um) salão de uso coletivo; uma sala administrativa; duas salas de cursos; uma copa; quatro banheiros; uma sala para inscrição do cadastro único.

A equipe técnica é formada e regulamentada seguindo a Norma Operacional Básica (NOB-RH-SUAS), sendo composta por uma Coordenadora (Técnico de nível Superior); dois Técnico/Assistente Social; um Técnico/Psicóloga; três agentes sociais responsáveis pelos projetos e programa (Afeto, Reviver e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo); duas instrutoras dos cursos profissionalizantes; uma recepcionista; dois agentes administrativos e dois agentes de serviços gerais.

O principal objetivo do CRAS é o desenvolvimento de ações que irão tirar indivíduos e famílias da situação de vulnerabilidade social com vistas a inserção ao mercado de trabalho e fortalecimento dos vínculos familiares

De acordo com dados registrados no Sistema de Registro Mensal de Atendimentos (SNAS) da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), o CRAS Central representa, em 2019, a cobertura de 1.883 famílias em acompanhamento pelo PAIF. As atividades e propostas desenvolvidas na unidade são desencadeadas a partir de um planejamento sintético, seguido de avaliação contínua voltada para uma prática eficiente e resultados duradouros, uma vez que, a Assistência Social tem como prioridade a descentralização das ações e o fortalecimento de parcerias visando o enfrentamento das mazelas sociais, rumo ao desenvolvimento do contexto comunitário em seus diversos aspectos. A unidade CRAS Central é uma unidade com capacidade para até 5.000 famílias referenciadas, sendo que 3.654 famílias estão vinculadas ao Programa Bolsa Família. A forma de acesso do usuário ao CRAS é por meio de busca ativa realizada pela equipe; demanda espontânea; encaminhamento pela rede de proteção social básica e especial de assistência social e encaminhamentos pela rede de serviços das demais políticas públicas. Os atendimentos são registrados em mapas de atendimentos, fichamento de evoluções nas fichas sociais, entre outros instrumentos sociais para fins de controle e avaliação oportuna.

No que diz respeito ao apoio realizado às pessoas da comunidade de forma individual ou coletiva, o CRAS funciona oito horas por dia, de segunda a sexta-feira, à disposição para resoluções de situações problemas apresentadas, encaminhamentos e acompanhamentos sociais, levantamento socioeconômico, visitas domiciliares e orientações sociais diversas rumo à garantia do exercício de cidadania. As principais ações desenvolvidas são os projetos, programas, serviços e benefícios como: projeto afeto com pessoas idosas; projeto reviver com pessoas deficientes; projeto vida com gestantes; projeto bombeiro mirim desenvolvido em parceria CBMGO/ 2ª CIBM; projeto de capacitação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) para crianças e adolescentes de seis a quinze anos benefício do programa bolsa família (PBF), benefício de prestação continuada (BPC); benefícios eventuais ou emergenciais.

O Projeto “Afeto” realizado em grupo com pessoas idosas, segundo relatos dos próprios usuários garante a interação social, lazer, melhora da saúde física e mental pelo desenvolvimento de atividades direcionadas ao envelhecimento ativo e saudável como a prática semanal de: caminhada, hidroginástica, coral, dança de salão e forró, além das festividades e passeios. Importante ressaltar que neste projeto, os

idosos com 65 anos ou mais e renda per capita familiar inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e que são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), também integram e participam do projeto afeto.

A própria denominação do projeto “afeto” revela o desconhecimento ou desconsideração da assistência social como uma política pública e suas ações de responsabilidade do Estado para o atendimento dos direitos social. A afetividade está no campo da subjetividade humana e como tal deveria ser considerada.

No trabalho com pessoas deficientes, o Projeto “Reviver”, garante a prestação de serviços continuados que oferecem acolhida, apoio e acompanhamento de forma lúdica às pessoas com deficiência e suas famílias, com visitas e fortalecimento de vínculos familiares e sociais e oferta de condições para o alcance de autonomia e independência.

No último ano, o projeto reviver ganhou notoriedade com as famílias dos usuários, pois foi contratado uma monitora com perfil adequado ao trabalho com crianças, jovens e adultos com diferentes deficiências físicas e mentais. Com a integração desta profissional, novas metodologias de trabalhos pedagógicos foram inseridas no grupo ocasionando mudanças positivas no comportamento cognitivo e social dos usuários e que logo foram percebidas pelos familiares. Neste projeto, os deficientes físicos e intelectuais com renda per capita familiar inferior a um quarto do salário mínimo e que são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), também integram e participam do projeto reviver.

Mais uma vez, a denominação “Reviver” revela que o projeto desconsidera a vida pregressa da pessoa com deficiência.

Pensando no bem-estar das gestantes e no nascimento seguro do bebê, o Projeto “Vida” em parceria com a Secretaria de Saúde e Unidades Básicas de Saúde (UBS), acolhe mulheres grávidas com o objetivo de proporcionar momentos de trocas de experiências, cuidados com a saúde da mulher gestante e do bebê. O grupo vida além de trabalhar aspectos inerentes a gravidez com uma equipe multidisciplinar, oferta kit para maternidade (roupas, banheira, fraldas, mamadeiras e chupeta). Para as gestantes, a participação no grupo vida além de prepará-las psicologicamente e fisicamente para o momento do pré e pós-parto, também propicia momentos de contemplação do período gestacional.

Segundo Salles (2005) a criança e o adolescente, com seus modos específicos de comportar, agir e sentir devem ser compreendidos a partir da relação que se

estabelece entre eles e os outros. Assim, o CRAS Central de Senador Canedo através do projeto Bombeiro Mirim proporciona as crianças e adolescentes, a integração voltada ao exercício de sua cidadania com orientações e incentivos voltados a melhoria do rendimento escolar. Desenvolvido em parceria com a CMGO/2ª CIBM, as ações desse projeto proporcionam palestras educativas, momentos recreativos, de lazer, orientações de combate a incêndios, primeiros socorros. Para o público-alvo do projeto bombeiro mirim, o aprendizado contribuiu para melhorar as condutas sociais e a disciplina.

Outro projeto que contempla crianças e adolescentes é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV de 06 à 15 anos de idade). Composto por crianças e adolescentes de famílias beneficiárias do Bolsa Família, o serviço oferece atividades como: reuniões socioeducativas (abordando os temas transversais dos ciclos); oficina de percussão; informática; pintura em tela; *Street Dance*; violão, dança de salão, atividades aquáticas e esportes como futsal, muaythay e passeios. Para o grupo que frequenta o SCFV, as atividades são momentos de diversão, aprendizado e integração.

Embora o CRAS Central de Senador Canedo esteja executando os programas destinados as famílias em vulnerabilidade social conforme preconiza a PNAS e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, nota-se que existe a necessidade de uma melhor identificação da causa dos projetos através de um plano de atuação que contemple toda a equipe que compõe a unidade. As iniciativas dos programas com as famílias devem planejar e realizar ações para buscar transformar positivamente a realidade da instituição, da comunidade e do grupo de pessoas.

É no PAIF que estão concentrados a maior oferta dos serviços prestados pelo CRAS, e consiste no atendimento as famílias no sentido de acolher e entender qual o seu contexto, elencando as vulnerabilidades e traçando estratégias para suas superações. O trabalho da equipe do CRAS não deve estar restrito apenas ao seu espaço físico, encontros devem ser organizados com a comunidade em outros equipamentos públicos para debater assuntos para prevenção da violação de direitos.

Seja pela situação de vulnerabilidade temporária e ou de calamidade pública, o município de Senador Canedo oferta aos cidadãos e às famílias benefícios eventuais e/ou emergenciais. Mediante avaliação realizada por equipe técnica do serviço social são doados as pessoas em vulnerabilidade: cestas básicas, alimentação especial, agasalho, cobertor, leite especial, vale transporte (sit-pass) e

passagem interestadual e intermunicipal. Principalmente pelo atual momento de crise epidemiológica ocasionada pela pandemia do coronavírus, a oferta de benefícios eventuais e/ou emergenciais em muito socorreu famílias e indivíduos que da noite para o dia perderam seus empregos e/ou tiveram que fechar o próprio negócio.

Dado o exposto, a caracterização da instituição Centro de Referência da assistência social CRAS/Central, representa a realidade vivenciada pela população usuária da política de assistência social residentes no município de Senador Canedo.

4.3 Programa Bolsa Família (PBF) desenvolvido no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

A pesquisa de caráter exploratória foi realizada por meio de questionário (em anexo) contendo sete perguntas abertas, aplicado pessoalmente pela autora deste trabalho com vinte e cinco famílias beneficiárias do PBF atendidas no CRAS Central de Senador Canedo, Goiás.

Com essa pesquisa foi possível entender que o alcance do programa na melhoria da realidade socioeconômica dos usuários é significativa, pois todos os participantes responderam de acordo com a pergunta de número um, que no âmbito familiar, o Programa Bolsa Família (PBF) promoveu a mudanças socioeconômica e melhorou sua qualidade de vida.

No que diz respeito a identificação dos entrevistados, 100% foram mulheres e são estas as que mais frequentam os espaços do CRAS Central de Senador Canedo. Ressalva-se aqui o fato de muitas vezes ou em sua maioria, a mulher/mãe ser a responsável familiar do cadastro único. Além disso, o benefício é no nome da mulher, onde a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) entende a mesma como responsável familiar.

A Política Nacional de Assistência (2004) coloca o eixo estruturante da “Matricialidade Familiar”. O princípio da proteção social a partir da matricialidade sociofamiliar significa que:

“a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” e que para isso a “família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência” (NOB/ SUAS, 2005, p.90).

Os recursos econômicos dos entrevistados são precários, insuficientes para sua manutenção, de 25 famílias, 20 responderam que não possuíam nenhum tipo de renda e sobreviviam através de ajuda de outros, incluindo esmolas. Ainda que o valor monetário do PBF seja baixo, as famílias consideram este programa extremamente satisfatório e benéfico, pois tiraram suas vidas da miséria, incluindo situação de fome e falta de moradia.

Na pesquisa, a maioria das famílias vivem com menos de um salário mínimo, enquanto os demais não possuíam renda fixa. Com este dado é possível concordar com Gomes e Pereira (2005) que a miséria legitima a efetividade do Programa Bolsa Família, já que a situação socioeconômica é o fator que mais contribui para a desestruturação da família.

Todavia, este questionamento também faz com que Senna et al (2007) argumente sobre a necessidade de haver mais estratégias focadas para a geração de emprego e renda, que aliadas às estratégias políticas e socioeducativas poderiam cooperar com o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza. Na opinião dos estudiosos, essa pode ser considerada a maior debilidade do PBF, ou seja, a incapacidade de inserir esta população adulta no ciclo produtivo da economia.

Em relação a qualidade do atendimento realizado no CRAS Central de Senador Canedo, apenas uma família não se diz bem atendida, e que a estrutura física não comporta os usuários. Os demais beneficiários sentem-se realizados tanto no atendimento da unidade CRAS/Central quanto da oferta dos serviços, para estes usuários, a unidade possui comprometimento com a promoção de mudanças na vida das pessoas e das suas famílias, mantendo a cidadania, dignidade e o bem-estar. Alguns aspectos que poderiam melhorar o PBF segundo os próprios usuários do CRAS seria: aumentar o valor do benefício, ter mais palestras educativas com as famílias para tirar dúvidas sobre o programa, e melhorar a fiscalização de famílias que recebem o benefício e estão fora das condicionalidades.

Para Santana (2007, p. 6) “o Bolsa Família foi pensado como uma política social com gestão participativa da comunidade e por isso deveriam ser criados comitês gestores nos municípios”. Ponderando que o programa é, “um processo de emancipação que parte da família, a autora reconhece o Bolsa Família como um meio, não como um fim, o CRAS, é a unidade que está articulada com seus usuários, efetivando e mostrando a importância dos programas sociais.

Diante do exposto, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família é segundo Silva (2015) um dos principais programas desenvolvidos pelo CRAS e preconizados na Política Nacional de Assistência Social que contribuiu para o fortalecimento e a materialização da assistência social enquanto uma política social que tem como princípios a matricialidade sociofamiliar, descentralização e territorialização.

4.4 Atividades desenvolvidas pela população demandatária do Programa Bolsa Família do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS Central/Senador Canedo-Goiás)

No CRAS, os alunos do PRONATEC de Senador Canedo recebem gratuitamente todo o material escolar (lápiz, canetas e cadernos), material didático e uniforme, além de assistência estudantil, para alimentação e transporte. Através de famílias inseridas no CadÚnico e que fazem acompanhamento no CRAS através do PAIF, o PRONATEC seleciona pessoas que pertençam a famílias de baixa renda (renda de até 2 salários mínimos) e, principalmente, jovens que cursam o Ensino Médio e queiram fazer um curso técnico. Ele também oferece vagas para jovens aprendiz, voltadas para adolescentes que ainda não concluíram o ensino médio, mas possuem interesse em começar o programa disponibilizando cursos EAD com vários cursos de educação à distância (BRUNA, 2021).

De acordo com Bruna (2021) os cursos disponibilizados pelo programa são divididos em três modalidades:

Cursos Técnicos 1: para candidatos com Ensino Médio completo

Cursos Técnicos 2: para candidatos cursando o Ensino Médio. Esses cursos duram entre 800 e 1200 horas,

Cursos de Formação Inicial e Continuada: cursos de curta duração e para beneficiários de programas sociais do governo federal. Esses cursos possuem entre 160 e 400 h de duração.

E dentre as opções disponíveis, encontram-se: aderecista, agente comunitário de saúde, assistente administrativo, barbeiro, cabeleireiro, chaveiro, confeitiro, copeiro, cozinheiro, cuidador de idoso, depilador, eletricista naval, figurinista, garçom, gesseiro, inspetor escolar, jardineiro, libras, maquiador, operador de telemarketing, padeiro, pintor (BRUNA, 2021).

A pesquisa realizada por Jesus³ (2014) com trinta usuários do CRAS Central de Senador Canedo que realizaram cursos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) oferecidos pelo Senai/Senador Canedo, ficou evidenciado os seguintes resultados descritos a seguir.

Para a escolha de um curso, a maioria dos beneficiários realizaram curso de auxiliar de produção; seguidos respectivamente por aplicador de revestimento cerâmico; assistente de planejamento e controle de produção; auxiliar de recursos humanos; porteiro e vigia; e por último mestre de obras e auxiliar administrativo. Nota-se que a opção pelo curso está condicionada ao nível de escolaridade, no qual a maioria dos usuários não possuem curso superior e nem mesmo ensino médio completo, apontando a necessidade de estratégias de articulações entre a área social e de educação para a reinserção dos usuários ao ensino com a conclusão do ensino fundamental, médio e a inserção em um curso universitário.

Segundo o Ministério da Educação é objetivo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por meio de ações de assistência técnica e financeira (BRASIL, 2012). Nesta ação, as pesquisas de Viccari e Martins (2014) atentam à experiência do PRONATEC enquanto política que fomenta a inclusão social que envolve a participação de diversos atores sociais para a inclusão no mercado de forma assalariada, ou através de formas alternativas de geração de renda. Por sua vez, a pesquisa de Silva (2016), reflete sobre como o PRONATEC insere a relação capital-trabalho juntamente com a trajetória da educação profissional no Brasil. As autoras verificaram a capacidade dos participantes do PRONATEC realizarem transformações nas suas condições de vidas, mas também certificaram incertezas quanto a efetivação da participação da população mais pobre nas políticas públicas.

No quesito sobre a qualificação profissional e corroborando ao que descreve Telles (2006), o combate à pobreza deve ser situado a uma perspectiva de política educacional que critica a degradação dos serviços públicos, o desemprego e as

³ JESUS, G. N. de. **Os desafios da qualificação profissional dos beneficiários do programa bolsa família atendidos pelo centro de referência da assistência social – CRAS/Central do município de Senador Canedo-Go.** Monografia de conclusão de curso. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

relações trabalhistas fragilizadas, visando a ampliação dos direitos sociais e da cidadania.

A relevância do PRONATEC para a inserção profissional é um caminho sustentável ao combate da situação de vulnerabilidade das famílias beneficiárias? O PBF concomitante ao PRONATEC promover a mudança das estruturas sociais e das relações que produzem e reproduzem a pobreza e a exclusão social?

É preciso compreender que a vulnerabilidade e a pobreza não se limitam a consideração da privação de renda, central nas medidas baseadas em linhas de pobreza, mas também a composição familiar, as condições de acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequada, a existência de garantias legais e políticas, etc...

Em relação ao gênero e a qualificação profissional, o sexo feminino apresenta maior quantidade se comparado ao sexo masculino. Seja por tempo, disponibilidade ou próprio interesse, este item retrata a realidade do PBF. O resultado confirma que as mulheres estão à frente dos afazeres domésticos e muitas vezes também como únicas responsáveis pela manutenção da família, pois são as próprias chefes de família (JESUS, 2014). A busca por autonomia e poder decisório revelam que os programas sociais têm contribuído para as mulheres superarem não só a situação de vulnerabilidade, mas também para adquirir independência financeira.

A pesquisa de Jesus (2014) vai de encontro ao citado em Weissheimer (2006, p. 30) que diz: “a dependência dentro da família é o destino tradicional da mulher casada, e em função de nem sempre serem felizes, um número crescente de mulheres procuram independência por meio do mercado de trabalho”.

Baseado no trabalho sobre a condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social de Pinto et al (2011), frente ao atual cenário nacional, verifica-se o crescente aumento de famílias monoparentais, em especial aquelas onde a mulher assume a chefia do domicílio. Infelizmente as famílias chefiadas por mulheres geralmente as tem como único membro adulto do domicílio ocasionando maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família, pois além de assumirem funções domésticas e o cuidado com os filhos, também exercem atividades de trabalhos com vínculos mal remunerados e em tempo integral.

Nesta pesquisa a necessidade de cuidar dos filhos foi relatada como uma dificuldade para a obtenção de trabalhos melhor remunerados e com garantias legais registrados em carteira, esta característica também é referenciada em diferentes

pesquisas onde a mulher é a chefe de família. Conforme escreve Pinto *et al* (2011, p. 175) “a relação de gênero não é somente entre diferentes: ela é sinônima de uma relação onde imperam a desigualdade e a injustiça”.

A subordinação da mulher e a violência de gênero na sociedade brasileira estão presentes em todos os estratos sociais, notadamente entre as mulheres em situação de vulnerabilidade social. Os direitos da mulher são cotidianamente desrespeitados, gerando expressões de uma mesma face, a violência, seja ela de gênero, intrafamiliar, doméstica, física, psicológica, econômica e financeira, sexual ou institucional (PINTO, et al 2011, p. 2011).

Na dimensão do poder social, as representações de gênero são importantes porque representam a diferença e hierarquia entre homem e mulher historicamente perpetuada, e que de trazem consequências para o espaço da mulher na sociedade.

O trabalho deve representar um sentido de afirmação profissional para a mulher, mãe e provedora, a relação trabalho e cuidado com a família deve fortalecer a criação da identidade feminina. O trabalho deve ser para além da sobrevivência material, deve ser uma relação até porque ainda, os baixos rendimentos mal cobrem as necessidades imediatas da família.

Voltando à pesquisa de Jesus (2014), em relação à faixa etária, os usuários com idades entre 16 e 29 anos foram os que mais concluíram os cursos de qualificação profissional, seguidos respectivamente pelas idades entre 30 a 45 anos, e entre 46 a 50 anos. Quanto mais cedo um jovem se qualifica melhor serão as oportunidades de empregos. A falta de qualificação profissional demonstra índices preocupantes com relação ao subemprego, em dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2013), revelam que os jovens de baixo poder aquisitivo acabam sendo empurrados para empregos domésticos e também para a construção civil.

O acesso à educação contribui com a formação das pessoas e a possibilidade da garantia de trabalho e renda para melhor manutenção de suas famílias. Na pesquisa de Jesus (2014) o nível de escolaridade dos beneficiários mostra-se baixo, a grande maioria possuem apenas ensino fundamental e menos da metade com ensino médio, nenhum usuário em curso superior.

Conforme indica a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2007).

o baixo nível de qualificação dos jovens brasileiros pode explicar as dificuldades de inserção e, de forma mais geral, a alta proporção de jovens que nem estudam nem trabalham [...]. Esse fato é especialmente grave

porque o mercado de trabalho tende a se especializar e, portanto, a excluir indivíduos com pouca escolaridade.

Devemos compreender que os jovens com melhor qualificação também enfrentam dificuldades ao procurar uma oportunidade de trabalho, mas estatisticamente são melhores empregados em comparação aqueles que tem baixa ou nenhuma formação. A pesquisa de 2007 não foi diferente a realizada na última amostragem da PNAD (IBGE, 2016). Entre a população desocupada e os trabalhadores de nível superior, 9,2% são de nível superior e 38% representam aqueles com ensino médio completo. E dentre aqueles que ainda estão em curso de formação, a taxa de desemprego é de 6,4% entre os estudantes de nível superior contra 11,7% do nível médio. Assim mediante o cenário contraditório, o diploma não garante a colocação profissional, porém representa melhores perspectivas, e o melhor investimento continua sendo a educação.

A pesquisa mostrou que os jovens que buscam os cursos ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) veem sim a possibilidade da inserção no mercado de trabalho; a importância da certificação mais também a aprendizagem através do desenvolvimento de atividades e temáticas voltadas e abordagem de temas transversais como: saúde e direitos da mulher, cidadania, inclusão digital, empreendedorismo, segurança alimentar e responsabilidade ambiental.

Considerando a importância da educação somada a qualificação profissional, um dos aspectos fundamentais da pesquisa de Jesus (2014), é a inserção no mercado de trabalho dos beneficiários do PBF após a qualificação profissional. Na pesquisa o estudo revelou que após a conclusão dos cursos, 70% dos beneficiários começaram a trabalhar, e que por outro motivo distinto da falta de qualificação, 30% não conseguiram ingressar no mercado de trabalho.

Segundo Weissheimer (2006) fazer com que a taxa de desemprego entre os usuários diminua é um dos principais desafios do Programa Bolsa Família e do conjunto de políticas públicas associadas a ele. Entretanto, o desemprego é estrutural e faz parte do próprio sistema de produção. A sua redução só é possível mediante um planejamento integrado de ações sociais e econômicas. O desemprego não reduz com ações focalizadas e fragmentadas com o mercado.

É desafiador construir um círculo virtuoso que integre políticas emergenciais com outras de caráter estruturante com encaminhamento direito para o mercado de

trabalho. Neste sentido, é imprescindível a articulação e integração das unidades de Assistência social como mercado de trabalho, a conclusão de um curso de qualificação de um beneficiário do PBF deve já direcionar o encaminhamento para alguma oferta de trabalho.

Na pesquisa realizada por Jesus (2014) os dados que demonstram o encaminhamento para o mercado de trabalho revelam que apenas 20% dos alunos concluintes dos cursos obtiveram encaminhamento direto para o mercado de trabalho e os outros 80% não receberam encaminhamento. Ao terminar o curso, a maioria buscou inserção por iniciativa própria.

A inclusão na qualificação não deve ser âmbito profissional proporciona crescimento, aprendizado, autoconfiança e, principalmente, responsabilidade profissional e pessoal.

De acordo com o sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD) (2014), em Senador Canedo no total 14.112 famílias inscritas no CadÚnico, 7.799 pessoas não são alfabetizadas e 19.656 não concluíram o ensino fundamental.

Os números bastante elevados são dados de alerta que demonstra a necessidade da Secretaria de Assistência Social trabalhar em rede com a Secretaria de Educação para criar políticas de educação mais consistentes que visam não somente a qualificação profissional, mas principalmente um maior acesso da população ao ensino básico.

A partir de um ano de duração, os cursos técnicos para quem concluiu ou está matriculado no ensino; e os de qualificação profissional ou formação inicial e continuada (FIC), com a conclusão em dois meses, na verdade, são muito rápidos para gerar uma competência necessária para as constantes exigências do mercado de trabalho cada vez mais restritos e competitivos.

Maior escolaridade e acesso a certificado ou diploma de educação profissional não garantem necessariamente a entrada ao mercado de trabalho, e mesmo que a formação decorrente do programa seja de boa qualidade, a inserção dos alunos dos cursos no mercado de trabalho depende também de outras variáveis que não está apenas atrelado à preparação profissional. Para que o objetivo do PRONATEC alcance resultados positivos é importante estabelecer uma melhor conexão deste programa com as políticas de desenvolvimento, trabalho e renda, e com os próprios projeto de vida dos jovens.

Em Senador Canedo chama a atenção à experiência do PRONATEC como política de qualificação profissional que incentiva a inclusão social de forma assalariada enquanto formas alternativas de geração de renda, mas na prática reflete sobre como o programa está inserido na relação capital-trabalho e, simultaneamente a trajetória da educação profissional no Brasil. Infelizmente a pesquisa de Jesus (2014) evidenciou que os programas de qualificação profissional, a exemplo do PRONATEC, não garante o emprego e ainda direciona para a informalidade, funções e postos de trabalho precarizados.

Pelo exposto, nota-se falhas técnicas na criação de políticas continuadas devido a falta do olhar crítico para analisar as condições das famílias como produto de relações históricas e sociais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Inicialmente, antes da pesquisa, a proposta era estudar o Programa como alternativa de enfrentamento à pobreza. Mas no decorrer dos estudos, foi possível apreender a pobreza como um fenômeno estrutural que não pode ser enfrentado com ações focais e fragmentadas. Fica aqui o reconhecimento de que, mesmo de forma imediatista, esses programas são fundamentais para o enfrentamento da pobreza extrema pois, conforme Engels e Marx (2007), o primeiro ato político do homem é a sua sobrevivência, sem a qual, não há a reprodução, a sociabilidade e a consciência.

Nota-se através do estudo que é de fundamental importância conceituar o fenômeno da pobreza à luz das diferentes abordagens históricas existentes, bem como as concepções de pobreza desenvolvidas ao longo do século XX. Na pesquisa bibliográfica foi possível verificar que o conceito de pobreza além de toda sua complexidade está muito relacionado a perspectiva econômica, e/ou incorporado aos aspectos não-econômicos, sendo discutida de forma dependente ou não da estrutura sócio-política da sociedade.

É possível verificar que a pobreza apresenta relação direta com a desigualdade da distribuição de renda que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior desta distribuição, quando comparadas àquelas de melhor posicionamento social. Ou também com a situação em que o indivíduo, quando comparado aos outros, tem menos de algum atributo desejado, seja de renda ou de condições favoráveis de emprego ou poder.

Os resultados obtidos pela leitura das principais bibliografias indicam que as políticas de transferência de renda melhoram as condições da renda de indivíduos e famílias pertencentes às classes mais pobres, mas não melhora as condições socioeconômicas.

A partir da análise de estudos exploratórios e avaliativos, os resultados demonstraram que o enfrentamento à pobreza no país privilegia a transferência de renda baseada no acesso aos direitos e satisfações de necessidades sociais, operacionalizadas e fundamentadas no âmbito da Política de Assistência Social. Contudo, ainda é preciso compreender que a pobreza diz respeito a uma teia complexa de determinantes e desdobramentos que ultrapassam o exercício de direitos e níveis de satisfação de necessidades e acesso à bens e serviços, e que também não se trata de transferir ao indivíduo a responsabilidade sobre esse processo.

Notadamente que houve avanços vivenciados pela Assistência Social no Brasil enquanto política pública social qualificadora de estratégias de intervenção, bem como para o espaço ocupado pela transferência de renda na agenda social e econômica do país. Nesse sentido, a relevância do assunto está na oferta de ações estruturantes que contribuem para a consolidação da Política e de programas de iniciativas de caráter assistencial no país, com base na garantia de direitos e promoção da justiça social. O esperado com a realização deste estudo está para ser mais uma contribuição ao debate sobre a Política de Assistência Social no Brasil, bem como de reforçar o compromisso ético-político da profissão do Serviço Social como categoria profissional que a produção de conhecimento.

É importante frisar que uma das importantes contribuições do Serviço Social para os movimentos sociais é a possibilidade que os assistentes sociais têm de contribuir para a formação política dos sujeitos sociais integrantes dos movimentos sociais e para o processo de formação da consciência, a partir da compreensão das contradições.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro, 1996.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. **Família às avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes**. Ed. UFC, Fortaleza, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social, fundamentos e história**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. Editora Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em 15/03/2021.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1ª. Ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 72p. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: Cidadania e Dignidade para Milhões de Brasileiros**. Brasília, DF: MDS, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. **O que é o PRONATEC**. Brasília: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 27/09/2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 15/04/2021.

CAMPELLO, Tereza Campello; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: UMA DÉCADA DE INCLUSÃO E CIDADANIA**. BRASÍLIA: IPEA, 494P. 2013.

CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira. **Serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos nos CRAS, CREAS E CENTROS POP**: capacidade de atendimento, conhecimento, acesso pelos usuários e qualidade. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória, ES, 2018.

COSTA, Dryelli Jales, CUNHA, Marina Silva. **O Programa Bolsa Família e a oferta de trabalho**: evidências para o Brasil e Paraná. Revista de Economia, v. 40, n. 2, p. 105-128, 2014.

CRONEMBERGER, Izabel Herica Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. **O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família**. Pensando fam., v.19, n.2, Porto Alegre, dez. 2015.

ENGELS, Friedrich; **MARX, Karl**. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. **O controle da pobreza na ordem do capital**: A centralidade da assistência social no Brasil do ajuste neoliberal. 2007. Tese de Doutorado em Políticas Públicas. Universidade Federal de São Luís, Maranhão, 2007.

GOLDANI, Ana Maria. **Las familias brasileñas y sus desafíos como factor de protección al final del siglo XX**. In C. Gomes (Comp.) *Processos sociales, población y familia: alternativas teóricas y empíricas en las investigaciones sobre vida doméstica*. México: FLACSO, 2001.

GOMES, Mônica Araújo. **Filhos de ninguém?** Um estudo das representações sociais sobre família de adolescentes em situação de rua. 2003. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

GOMES, Mônica Araújo Gomes; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte Pereira. **Família em situação de vulnerabilidade social**: uma questão de políticas públicas. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.10 n.2, Abr./Jun. 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. Introdução. In: **MARX, Karl**. **Sociologia**. São Paulo: Ática, p. 7-42, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Brasil/Goiás/Senador Canedo. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/senador-canedo/panorama>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD: síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 108p.

LEIVA, Julio César. **Questão social na contemporaneidade**: desigualdades sociais, pobreza e o estado de bem-estar social. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Questão Social. Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Bontempo, 2013

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. **Transferência de renda no Brasil**. Novos estud. - *CEBRAP*. N. 79, p. 5-21, 2007.

MELLO, Thiago de. **Pobreza**. Disponível em: <http://educacao.globo.com/sociologia/assunto/conflitos-e-vida-em-sociedade/pobreza.html>. S/D.Acesso em: 15/04/2021.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. **Política social e intersectorialidade**: consensos teóricos e desafios práticos. *SER Social*, v. 12, n. 26, p. 200–220, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento**. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, n.110, Abr./Jun. 2012.

MONTES, P. **El Desorden Neoliberal**. Madrid: Editorial Trotta, 1996.

NALESSO, Ana Patrícia Pires; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. **Serviço social e política social no Brasil: uma relação necessária**. *Serviço social e política social no Brasil: uma relação necessária. Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 278 - 291, ago/dez. 2018.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: NETO, Inácio Ferreira Façanha Neto; FAÇANHA, Josanne Cristina Ribeiro Ferreira. **A questão social no Brasil: uma abordagem a partir da contrarreforma do estado brasileiro**. *Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 58 – 78, Jan/Jun. 2018.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **O Papel do Estado e o “Welfare Mix**. *Serviço Social em Revista*, v. 5, n. 2. Jan/Jun 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios a crítica dos mínimos sociais – 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família**. Ed. Edusc, Bauru, 2003.

PINTO, Rosa Maria Ferreira *et al.* **Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 105, p. 167-179, jan./mar. 2011.

RUSCHEL, Mariele Stertz; JURUMENHA, Mary Andrea Alves; DUTRA, Patrícia Vicente Dutra. **Os programas de transferência de renda no Brasil e a institucionalização do programa bolsa família**. I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Florianópolis, Outubro 2015.

SALLES, Leila Maria Ferreira. **Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos.** Estud. psicol. v. 22, n.1 Campinas, Jan./Mar. 2005.

SANTANA, JomarAlace. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: **Seminário População, pobreza e desigualdade.** Belo Horizonte: 5 a 7 de novembro, 2007.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SENADOR CANEDO. Prefeitura de Senador Canedo. Disponível em: <https://senadorcanedo.go.gov.br/>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

SENNA, Mônica de Castro Maia Senna *et al.* **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira.** Revista Kátal, Florianópolis, 2007.

SILVA, Maria **Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul./ dez. 2010.

SILVA, Maria Jacinta. Família e política de assistência social: O debate entre a provisão de mínimos e as necessidades básicas. In: **Anais da Jornada Internacional em Políticas Públicas.** São Luís, Maranhão: UFMA, 2007.

SILVA, Chris Giselle Pegas da. **Trabalho do assistente social com famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): uma questão de habitus.** Londrina – PR, 2015. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo3/oral/55_trabalho_do_familia.pdf

SPOSATI, Aldaiza. **Vida urbana e gestão da pobreza.** São Paulo: Cortez, 2005.

TEIXEIRA, Solange Maria. **A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro:** Do enfoque difuso à centralidade na Política de Assistência Social. Revista Emancipação, v. 10, n. 2, p. 535-549, Ponta Grossa, jul./dez. 2010.

TELLES, Vera. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** 2ª reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VICCARI, Eunice Maria.; MARTINS, E. As políticas de assistência social e do trabalho: uma aproximação necessária no combate à miséria extrema no Brasil – a experiência do Rio Grande do Sul. In: BELLINI, M. I. B.; FALER, C. S. (org.). **Intersetorialidade e políticas sociais: políticas sociais e diálogos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.110, Abr./Jun. 2012.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.